



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-2330 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br

www.camaracm.com.br

ASSESSORIA PARLAMENTAR PMDB

1

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 324/2007

Campo Mourão, 29/11/07 Horas 16:16

Glória
PROTOCOLISTA

Campo Mourão, 29 de novembro de 2007.

CONTRÁRIO A TRAMITAÇÃO
DÊ-SE CIÊNCIA AO AUTOR

10/12/07

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente,

Nos termos da legislação em vigor, registramos a súmula da proposição que segue:

.- **PROJETO DE LEI QUE** "Dispõe sobre normas de atendimento aos usuários das agências bancárias no Município e dá outras providências.

Respeitosamente,

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira
Vereador PMDB

saw/



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br - www.camaracm.com.br
DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO

**O DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E
ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:**

**- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU
MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:**

() Não

(X) Sim, conforme anexo ao projeto.

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

(X) SUGERIMOS À PROCURADORIA PARLAMENTAR OU
ASSESSORIA JURÍDICA A ANÁLISE DAS LEIS 939/1995 E
1209/1999.

() Já aprovada (167, I, a RI)

() Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)

() Já transformado em diploma legal (167, I, C), necessitando de
análise Jurídica

() a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada
inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 04 de dezembro de 2007.

Dione Clei Valério da Silva

Chefe do Departamento de Controle Legislativo
e Arquivo Histórico

LEI N.º 1209/99

OBRIGA AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, A COLOCAR À DISPOSIÇÃO DOS USUÁRIOS, PESSOAL SUFICIENTE NO SETOR DE CAIXAS, PARA QUE O ATENDIMENTO SEJA EFETIVADO EM TEMPO RAZOÁVEL.

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o § 7º, do artigo 33, da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte LEI

Art. 1º - Ficam as agências bancárias, no âmbito do Município de Campo Mourão, obrigadas a colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente, no Setor de Caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

Parágrafo único - Os bancos ficam obrigados a afixarem avisos em pontos de boa visibilidade, sobre os limites de tempo para o atendimento.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento:

- I - até 30 (trinta) minutos em dias normais;
- II - até 45 (quarenta e cinco) minutos em véspera ou após feriados prolongados;
- III - até 30 (trinta) minutos nos dias de pagamentos dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, de vencimento de contas de concessionária de serviços públicos e de recebimentos de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 1º - Os bancos ou suas entidades representativas informarão ao órgão encarregado de fazer cumprir esta Lei as datas mencionadas nos incisos II e III.

§ 2º - O tempo máximo de atendimento referido nos incisos I, II e III leva em consideração o fornecimento normal dos serviços essenciais à manutenção do ritmo normal das atividades bancárias, tais como energia, telefonia e transmissão de dados.

Art. 3º - As agências bancárias têm o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, para adaptarem-se às suas disposições.

Art. 4º - O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes punições:

- I - advertência;
- II - multa de 200 (duzentas) UFIRs(unidades Fiscais de Referência);
- III - a cada reincidência, a multa prevista no inciso anterior será dobrada.

Art. 5º - A fiscalização do cumprimento da presente Lei será exercida pelo PROCON, através de "blitz", que será procedida na forma regulamentada pelo executivo.

Art. 6º - Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, pelo Poder Executivo.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Mourão, em 02 de janeiro de 1999.

JOSÉ EUGÊNIO MACIEL
Presidente

Projeto de Lei nº 215/98, de autoria dos Vereadores EDEVALDO LOUZANO, JUVENAL VIEIRA, JÚLIO VIEIRA DOS SANTOS E MARIA DOLORES BARRIONUEVO ALVES.

/JCS.

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL
DO MUNICÍPIO Nº /1995

DE / /1995

LEI Nº 939

De 08 de novembro de 1995

TORNA OBRIGATÓRIA A EXISTÊNCIA DE BEBEDOUROS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NAS AGÊNCIAS E POSTOS DE SERVIÇOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente do Poder Legislativo, usando das atribuições a mim conferidas pelo § 7º, do artigo 33 da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 5º, do artigo 142, do Regimento Interno desta Casa, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º As instituições financeiras e bancárias estabelecidas no Município de Campo Mourão ficam obrigadas a manter bebedouros e instalações sanitárias para uso de seus clientes em suas agências e postos de serviço.

Parágrafo único - Ficam ainda as mesmas, obrigadas a possuírem no mínimo uma instalação sanitária para uso de seus clientes com deficiência física. (§ acrescentado pela Lei 1655, de 25/11/2002)

Art. 2º Os infratores das disposições contidas nesta Lei ficam sujeitos à multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município, devida por agência ou posto de serviço.

Parágrafo único - No caso de reincidência da instituição financeira ou bancária a multa será aplicada em dobro, sem prejuízo da cassação do respectivo Alvará de Licença, a critério do Executivo Municipal.

Art. 3º Fica concedido o prazo de 90 (noventa) dias para que as atuais instituições financeiras e bancárias instaladas no Município se adaptem à presente Lei, excetuados os postos de serviço que não ofereçam condições de cumprir as exigências desta Lei em razão de seu espaço físico.

Art. 4º A fiscalização da presente Lei ficará a cargo do Executivo Municipal, que a regulamentará em 30 (trinta) dias, contados de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO
MOURÃO, Estado do Paraná, em 08 de novembro de 1995.**

**WALDEMAR IBBA
Presidente**

Projeto de autoria do Vereador José de Souza Lopes.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

[e-mail:legislativomunicipal@start.com.br]

www.camaracm.com.br

Assessoria Jurídica

PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

() Indicação nº	_____	/2007	() Projeto de Lei nº	_____	/2007
() Indicação Legislativa nº	_____	/2007	() Projeto de Resolução	_____	/2007
() Requerimento	_____	/2007	() Emenda à L.O.M. nº	_____	/2007
(x) Outros <i>Sumuls</i>	<i>321</i>	/2007	() Moção nº	_____	/2007

AUTOR (ES):

OCORRÊNCIAS:

- () Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
- (x) Verificação de Prejudicialidade.
- () Vício de competência da matéria. Competência do (a).....
- () Vício de origem. Competência privativa do (a).....
- () Inconstitucional por ferir:.....
- () Inorgânico por ferir:.....
- () Ilegal por ferir:.....
- () Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....
- () Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....
-
- () Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
- () Parecer Jurídico em anexo.
- () Diligências necessárias ou sugeridas:.....
-
- () A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art.da LDO.
- () A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art.do PPA.

Parecer prolatado em *07/12* /2007.

- () favorável à tramitação.
- () favorável à tramitação com emendas.
- () Pela apresentação de substitutivo
- (x) Contrário à tramitação
- () Emendas em anexo.
- () Substitutivo em anexo.
- () Diligências.

[Assinatura]
GIOVANE JOSÉ MARTINS
Assessor Jurídico – OAB/PR 31.312